

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2023 – CASAL.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE
UM LADO A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS –
CASAL E A EMPRESA RPM RECICLADORA PARAÍSO DE
METAIS LTDA.

PREÂMBULO – DAS PARTES E DO FUNDAMENTO

I) CONTRATANTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, Sociedade De Economia Mista Estadual, vinculada à Secretaria de Estado de Governo - SEGOV, sediada a Rua Barão de Atalaia, nº 200, Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-510, doravante denominada simplesmente CASAL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.294.708/0001-81, neste ato representada por seu Diretor, **LUIZ CAVALCANTE PEIXOTO NETO**, [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob o nº 064.584.024-65 e por seu Vice-Presidente Corporativo, **PAULO ROBERTO ESEQUIEL DE MENDONÇA**, [REDACTED], inscrito no CPF/MF sob nº 028.461.424-67, ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

II) CONTRATADA: **RPM RECICLADORA PARAÍSO DE METAIS LTDA**, Estabelecida na ROD BA 093I, 1.5, nº 1714, Jardim Renatão, Simões Filho/BA, CEP: 43.700-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.090.179/0001-03, e-mail: rpm@rpmmetais.com.br, telefones: (71) 3190-2460/ (71) 98899-5724, representada por **JIDEVAL PEREIRA CARMO**, [REDACTED] simplesmente denominada Contratada.

III) FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO: O presente registro decorre da **LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 06/2023 - CASAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, realiza do pelo rito da modalidade do Pregão Eletrônico, devidamente homologada pelo Senhor Diretor Presidente da CASAL e por seu Vice-Presidente Corporativo, conforme consta no Processo Administrativo Protocolo SEI nº **E:19620.000008094/2022**, na forma do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CASAL - RILC, Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, observadas as condições a seguir expressas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Possível aquisição de materiais auxiliares para religação de água, cápsulas e chibáguas, em dois lotes, conforme descrição no Anexo I – Termo de Referência.

1.1. O sistema de registro de preços não obriga a CASAL a comprar nenhum item registrado.

1.2. Para todo e qualquer efeito jurídico, constituem partes integrantes e indissociáveis do presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

a) Edital de **LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 06/2023 – CASAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, e seus anexos, nestes incluso o Termo de Referência.

b) Proposta Comercial da empresa FORNECEDORA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Os materiais a serem adquiridos, serão para auxiliar o corte e religação de água em tubulações soldáveis de PVC. Sendo elas:

2.1. Cápsulas Supressoras em 1", 1/2" e 3/4" – Composta por eixo central, porca, separador e vedante. Removível sem danos ao tubo e reutilizável.

2.2. Chibáguas em 1,5m, 1,7m e 2,0m com trava, e 0,5m simples – Composta por cabo do pescador, cabo da chave, haste externa, haste interna, chave e pescador.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DA ATA: A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 60 (sessenta) meses, desde que, cumulativamente, seja demonstrada a vantajosidade, haja saldo de quantidades não consumidas e concordância do fornecedor, conforme Art. 140 do RILC.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E DO LOCAL PARA ENTREGA: O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade da CASAL, ao longo dos 12 meses.

4.1. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento do pedido e a autorização de fornecimento emitida pela Casal.

4.2. Os produtos/materiais deverão ser entregues no ALMOXARIFADO DA CASAL, localizado na Avenida Professor José da Silveira Camerino, S/N, Farol, Maceió/AL, CEP 57057-420, Telefones de Contato: (82) 3315.2788 ou 3315.1611, de 2ª a 6ª feira, (dia útil) de 8:00 às 11:00 ou 14:00 às 17:00, sendo necessário o agendamento para que não ocorra imprevistos por conta de feriados locais ou outras situações que não podemos prevê

4.3. Os produtos/materiais deverão ser entregues na condição de CIF – Maceió/AL

4.4. A descarga dos materiais é de RESPONSABILIDADE 100% DO FORNECEDOR, inclusive no que se trata aos ajudantes de descarga, em local indicado pelo responsável do Almoarifado presente. Caso não tenha equipe suficiente para a descarga, o recebimento dos materiais poderá ser negado, a critério do recebedor CASAL.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DOS RECURSOS: A FORNECEDORA se obriga a fornecer os produtos, objeto desta Ata pelo valor estimado no **LOTE 01 de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil)** e no **LOTE 02 de R\$ 269.000,00 (duzentos e sessenta e nove mil)**, de acordo com sua Proposta.

5.1. Fica expressamente estabelecido que os preços propostos pela licitante incluem todos os custos diretos e indiretos, requeridos para o fornecimento dos bens objeto deste instrumento.

5.2. As despesas decorrentes deste contrato terão a seguinte classificação orçamentária:

- a) UNIDADE ORÇAMENTÁRIA143.100 – GESUP
- b) GRUPO DE DESPESA200.000 – MATERIAL
- c) RUBRICA205.202 – CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO: Quando da solicitação do objeto registrado na Ata de Registro de Preços, a CASAL procederá de acordo com as condições abaixo:

6.1. O valor da Nota Fiscal/Fatura deverá corresponder aos produtos fornecidos durante o mês, conforme o quantitativo apurado pelo Gestor da Ata de Registro de Preços.

6.2. O pagamento será procedido após a apresentação da Nota Fiscal Fatura protocolada e devidamente conferida e atestada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, contando-se o prazo de 30 (trinta) dias a partir do seu lançamento no sistema de controle de pagamento da CASAL.

6.3. A FORNECEDORA do faturamento, deverá apresentar ao Gestor da Ata de Registro de Preços, os seguintes documentos, com data de validade atualizada:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova da regularidade com a Fazenda Pública Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

6.4. A não apresentação dos documentos acima elencados, no prazo de 30 (trinta) dias, ensejará a rescisão da Ata de Registro de Preços.

6.5. Nenhum pagamento será feito sem que a licitante vencedora tenha recolhido o valor de multa eventualmente aplicada.

6.6. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação. Havendo erro na nota fiscal, a mesma será devolvida à licitante vencedora.

6.7. Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário em conta corrente da FORNECEDORA: [REDACTED]

6.8. No caso de pagamento não efetuado no prazo estabelecido no item 6.2, o valor em atraso será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, desde do inadimplemento até a data do efetivo pagamento

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE: O preço constante da Proposta da FORNECEDORA ofertado para a aquisição do objeto desta ATA e aceito pela CASAL é FIXO E IRREAJUSTÁVEL pelo período de 12 meses

7.1. Após 12 (doze) meses, os mesmos poderão ser reajustados a cada aniversário de acordo com a variação IPCA, tendo como base a data da apresentação da proposta.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR: Não constitui inadimplemento da FORNECEDORA os atrasos no fornecimento do objeto da presente ATA, quando de correntes ou causados por caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados no prazo máximo e improrrogável de 72 (setenta e duas) horas, por iniciativa exclusiva da fornecedora ou quando públicos e notórios forem os eventos.

9. CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:

9.1. A gestão da Ata será de responsabilidade da empregada Samya Francilene Soares Silva, Mat. 3163, [REDACTED]

9.2. A gestão e a fiscalização da Ata de Registro de Preços consistem na verificação da conformidade de sua correta execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do pactuado, devendo ser exercido pelo gestor da Ata de Registro de Preços designado pela CASAL, que poderá ser auxiliado por técnicos da CASAL, cabendo ao responsável legal ou preposto da FORNECEDORA o acompanhamento dessas atividades, nos termos do art. 203 do Regulamento Interno de Licitações, Contrato e Convênios – RILC da CASAL;

9.3. O Gestor deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do fornecimento dos materiais/produtos objeto da ata.

9.4. A gestão e a fiscalização contratual dos serviços deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.

9.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, em especial aqueles relativos aos índices de produtividade.

9.6. As partes deverão adotar procedimentos e métodos de gestão que além de atender o presente RILC, assegurem o cumprimento dos requisitos preconizados na Licitação, Contrato, Termo de Referência, Projetos e Especificações – sempre de acordo com as normas e legislação pertinentes

9.7. Eventuais necessidades de alteração no Termo de Referência, especificações ou nas quantidades deverão obrigatoriamente ser formalizadas tempestivamente para que não ocorra situação de comprometimento de recursos sem a respectiva cobertura financeira e prazos contratuais;

9.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Gestores e/ou Fiscais deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas necessária se convenientes dos arts. 203 e 204 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC da CASAL;

9.9. As partes anotarão em registro próprio devidamente carimbado e assinado, todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.10. A FORNECEDORA deverá designar e indicar seu representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução da Ata, termos do art. 203 §2ºe3ºdoRILC da CASAL.

9.11. A gestão e a fiscalização não excluem nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme art. 192, II do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios- RILC da CASAL.

9.12. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso

9.13. O responsável técnico será o funcionário Willian Gomes do Amaral, matrícula- 3025, Técnico Industrial, inscrito com CPF: 062.941.634-63 que faz parte do quadro de técnicos da CASAL, Superintendência de Logística e Suprimentos – SULOS, vinculado a GESUP/SUPCOMP, e que assinará este termo de referência, juntamente com o gestor previsto neste Termo de Referência.

9.14. Ao responsável será direcionada a competência de analisar as propostas dos fornecedores, verificando a qualidade dos materiais, se satisfazem à necessidade da CASAL, o atestado previsto, bem como quaisquer situações previstas neste Termo de Referência, respondendo à ASLIC quando for incitado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO TRANSPORTE: O transporte e o descarrego do produto é de responsabilidade da FORNECEDORA e o veículo deverá estar devidamente identificado conforme normas ABNT/Ministério dos Transportes, para transporte de produtos perigosos e ainda, deverão estar em boas condições de conservação e rodagem, de acordo com a legislação de trânsito pertinente.

10.1. A forma de acondicionamento e transporte deve preservar rigorosamente as características do produto estabelecidas acima.

10.2. Quaisquer danos e/ou acidentes com ou sem envolvimento de populares, assim como danos ao meio ambiente, ocorridos durante o transporte, devido à inadequação das embalagens ou do transporte ou por manuseio incorreto da carga, será de exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO: Os produtos deverão ser entregues na condição CIF – Maceió/AL

11.1. Os produtos serão inspecionados no ato da entrega por equipe especializada da CASAL e deverão atender a todas as especificações técnicas;

11.2. A conformidade do material a ser utilizado deverá ser verificada juntamente com o documento da contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no termo de referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.3. A Supervisão de Produção e Tratamento de Água, por seu supervisor, procederá ao recebimento definitivo verificando a qualidade, a quantidade e a conformidade como exigido neste termo de referência.

11.4. Os produtos serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 (quinze) dias do recebimento provisório

c) Caso sejam insatisfatórias as verificações, será lavrado um Termo de Recusa dos materiais, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído no prazo máximo de sete dias pelo setor competente contado da comunicação formal.

11.5. Caso a correção não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo produto também seja rejeitado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e ficará sujeita a aplicação de penalidades

11.6. Os custos com a substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente a expensas da FORNECEDORA.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA: A FORNECEDORA deverá dar garantia dos produtos durante toda a validade da Ata de Registro de Preços.

12.1. Os materiais deverão estar em plena validade, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes

12.2. Não serão aceitos materiais com validade vencida ou com data de fabricação defasada que comprometa a sua plena utilização

12.3. A FORNECEDORA será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais por ventura entregues com defeito, danificados, ressecados ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CONTRATO: Durante todo o prazo de validade da ata de registro de preço, a empresa detentora poderá ser convidada a firmar contrato de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e as determinações na legislação vigente.

13.1. O contrato de fornecimento será sempre representado pela Autorização de Fornecimento – AF ou instrumento equivalente

13.2. Quando do fornecimento com a Autorização do Fornecimento, a FORNECEDORA é obrigada:

a) Substituir o objeto fornecido em desacordo com as características e especificações exigidas, sem ônus para a CONTRATANTE;

b) Sujeitar-se a fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo as reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, do mesmo, visando o fiel desempenho das atividades;

c) Manter durante todos o período de vigência da presente Ata, todas as condições que ensejaram a sua habilitação;

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os Artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

e) O dever previsto no subitem anterior obriga a FORNECEDORA na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, o produto com avarias ou defeitos;

f) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

g) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- j) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de catorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- k) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da Ata;
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 169 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC da CASAL.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE: Efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência;

- 14.1. Receber o objeto da Ata, através do setor responsável por seu acompanhamento ou fiscalização, em conformidade com o Art. 198 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC da CASAL;
- 14.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 14.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da FORNECEDORA, através de servidor especialmente designado.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELEMTNO DA ATA: O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não assinar o termo de contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela CASAL, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento para contratar com a CASAL.

15.1. O cancelamento do registro nas hipóteses acima previstas será formalizado por despacho da autoridade máxima da CASAL, assegurado, de forma prévia, o contraditório e a ampla defesa.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES: O desatendimento injustificado das obrigações assumidas pela contratada sujeitará as penalidades descritas abaixo conforme previsão dos arts. 213 e 220 do RILC/CASAL:

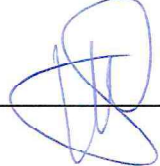
- a) ADVERTÊNCIA, por escrito, pela inexecução parcial do contrato, pelo cumprimento irregular das cláusulas contratuais, pela paralisação da prestação dos serviços.
 - b) MULTA moratória, na forma prevista no termo de referência;
 - c) MULTA compensatória, na forma prevista no termo de referência;
 - d) SUSPENSÃO do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CASAL, por até 02 (dois) anos.
- 16.1. As sanções previstas nas alíneas a e c desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea b.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos ou situações não explicitadas serão decididas pelas partes, segundo as disposições contidas na Lei nº13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CASAL suas alterações e demais normas administrativas, federais e estaduais, que fazem parte integrante desta ata independentemente de suas transcrições.

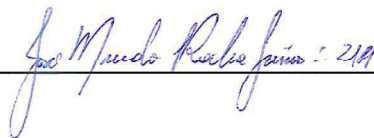
18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO: Quaisquer questões decorrentes do eventual Contrato serão dirimidas no Foro da Cidade de Maceió - AL, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Maceió/AL, 12 de julho de 2023

TESTEMUNHAS:



2317



José Manoel Ruelis Júnior - 2111


LUIZ CAVALCANTE PEIXOTO NETO
Diretor Presidente/CASAL

PAULO ROBERTO ESEQUIEL DE MENDONÇA
Vice-Presidente Corporativo/CASAL


Assinado de forma digital por
JIDEVAL PEREIRA
CARMO:36217301504
Dados: 2023.07.07 16:17:05 -03'00'

JIDEVAL PEREIRA CARMO
P/CONTRATADA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL
Rua Barão de Atalaia, 200-, Centro – Maceió – Alagoas | CEP: 57.020-510
CNPJ: 12.294.708/0001-81 - Fone: (82) 3315-3055 | 0800 082 0195
www.casal.al.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2023

ANEXO I – LOTE 01
PLANILHA DE CUSTOS

| ITEM | DESCRIÇÃO | MODELO | MARCA | UND. | QTD. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---------------------|-------------------------|----------------------------------|------------|------|--------|-------------|-----------------------|
| 1 | CÁPSULA SUPRESSORA 1" | ENCAIXE TIPO FENDA / ROSCA MACHO | RPM METAIS | UN | 1.000 | R\$ 20,37 | R\$ 20.370,00 |
| 2 | CÁPSULA SUPRESSORA 1/2" | ENCAIXE TIPO FENDA / ROSCA MACHO | RPM METAIS | UN | 17.000 | R\$ 4,71 | R\$ 80.070,00 |
| 3 | CÁPSULA SUPRESSORA 3/4" | ENCAIXE TIPO FENDA / ROSCA MACHO | RPM METAIS | UN | 36.000 | R\$ 4,71 | R\$ 169.560,00 |
| Valor Global | | | | | | | R\$ 270.000,00 |



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL
Rua Barão de Atalaia, 200-, Centro – Maceió – Alagoas | CEP: 57.020-510
CNPJ: 12.294.708/0001-81 - Fone: (82) 3315-3055 | 0800 082 0195
www.casal.al.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2023

ANEXO II – LOTE 02
PLANILHA DE CUSTOS

| ITEM | DESCRIÇÃO | MODELO | MARCA | UND. | QTD. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|-----------------------|----------------------------------|------------|------|-------|---------------------|-----------------------|
| 1 | CHIBAGUA 1,5M C/TRAV | ENCAIXE TIPO FENDA / ROSCA FEMEA | RPM METAIS | UN | 500 | R\$ 145,00 | R\$ 72.500,00 |
| 2 | CHIBAGUA 1,7M C/TRAVA | ENCAIXE TIPO FENDA / ROSCA FEMEA | RPM METAIS | UN | 500 | R\$ 145,00 | R\$ 72.500,00 |
| 3 | CHIBAGUA 2,0M C/TRAVA | ENCAIXE TIPO FENDA / ROSCA FEMEA | RPM METAIS | UN | 300 | R\$ 180,00 | R\$ 54.000,00 |
| 4 | CHIBAGUA 0,5M | ENCAIXE TIPO FENDA / ROSCA FEMEA | RPM METAIS | UN | 1.000 | R\$ 70,00 | R\$ 70.000,00 |
| | | | | | | Valor global | R\$ 269.000,00 |

